

## **REPERCUSSÕES DA POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS NO SETOR EXTRATIVISTA DA CARNAÚBA**

*Maykon Daniel Gonçalves Silva (bolsista PIBIC/UFPI), Emiliania B. Cerqueira (Colaboradora, Prodema/UFPI), Jaíra Maria Alcobaça Gomes (Orientadora Depto de Economia/UFPI)*

### **1 INTRODUÇÃO**

Programas governamentais, como a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), podem ter influência na formação de preços dos produtos agrícolas. Sendo uma ferramenta importante, pois garante ao produtor rural uma renda mínima e mais um estímulo à oferta agrícola. Os mecanismos utilizados para a operacionalização da política são Aquisição do Governo Federal (AGF) e Empréstimo do Governo Federal (EGF). Usados toda vez que o preço de mercado for inferior ao preço mínimo. O uso desses mecanismos é importante, pois contribui na estabilidade dos preços. Neste trabalho estuda-se a política de preços mínimos para o pó de carnaúba, à medida que garante ao extrativista a sustentação do preço do seu produto na época da comercialização. Diante disso se faz necessário compreender como a PGPM vem atuando, e se o preço mínimo fixado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) está dentro da realidade de mercado e do custo de produção. A questão em estudo é: Quais os possíveis efeitos da PGPM no setor extrativista da carnaúba, na região Nordeste do Brasil? O objetivo geral é analisar a Política de Garantia de Preços Mínimos para o pó de carnaúba, verificando a influência no emprego e receita do segmento extrativista. Os objetivos específicos são: i) Verificar os critérios de estabelecimento dos preços mínimos; ii) Analisar o custo de produção do pó carnaúba; iii) Calcular o número de ocupações e a receita na extração do pó cerífero; iv) Identificar os mecanismos utilizados na operacionalização da política.

### **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A área de estudo abrange a região Nordeste, especificamente os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Maranhão, onde é extraído o pó de carnaúba. Os dados mensais de preços mínimos e de mercado nominais, no período de agosto de 2007 e julho de 2012, foram fornecidos por e-mail, pela Gerente de produtos da Sociobiodiversidade (Gebio)/CONAB/DF. O levantamento de dados secundários sobre a estimativa dos custos de produção no ano de 2011 foi obtido no sítio da CONAB; quantidade e valor nominal na produção de pó de carnaúba do período de 2005 a 2010, na Pesquisa de Extração Vegetal e Sivilcultura do IBGE. O estudo consiste na apresentação e na análise gráfica dos preços médios dos estados do PI, CE e RN. A análise da evolução do valor de produção do pó cerífero, foi feita deflacionando os valores, retirando assim os efeitos da inflação. Para tanto, se utilizou da média anual do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), tomando como base o ano de 2005, obtendo assim o valor real de produção. Quanto ao cálculo das ocupações geradas no extrativismo, segue a metodologia adotada por Carvalho e Gomes (2009). Por meio de um coeficiente técnico é estimado o número de ocupações geradas.

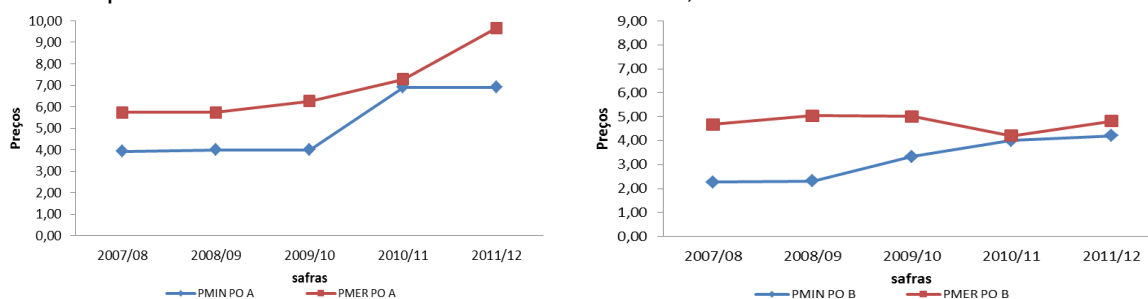
### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A fixação dos preços mínimos é feita anualmente pela Conab, por meio de normas específicas que se baseiam nos seguintes parâmetros: a) Custo de produção - É um custo variável médio calculado em janeiro de um determinado ano; b) Preço ao produtor - É o cálculo da média

mensal no período de janeiro a dezembro; c) Preço no atacado - Se refere a um preço composto, pelo preço mínimo em vigor e pelo preço médio observado no mercado atacadista, para o período de janeiro a dezembro. Soma-se a isso uma análise de mercado interno e externo, referente ao estudo de demanda, oferta e exportações (CONAB, 2009).

A estimativa do custo de produção do pó de carnaúba é realizada pela Conab, nos municípios de Russas, do Ceará; Piripiri e Campo Maior, do Piauí; Mossoró e Apodi, do Rio Grande do Norte. Esse custo é referente a dois tipos de pó (A e B), e é composto por mão de obra, arrendamento, alimentação, máquina para bater palha, sacaria e transporte. Para a safra de 2011, verifica-se que o maior custo encontra-se no município de Campo Maior - PI, na qual o componente de maior dispêndio é o referente à mão de obra. Observa-se também variação de custos entre os municípios: Piripiri (PI) e Russas (CE) apresentam a mesma produtividade e diferentes custos de produção por *kilograma*; neste, o custo é R\$ 3,91 e naquele, é de R\$ 4,43; Campo Maior (PI) tem menor produtividade e o custo é de R\$ 4,61; Mossoró e Apodi (RN) apresentam maior produtividade e tem um custo de R\$ 4,32.

Gráfico 1 - Média dos preços nominais mínimos (PMIN) e preços de mercado (PMER) do pó cerífero tipos A e B. Nas safras 2007/2008-2011/2012, no Nordeste do Brasil.



Fonte: Conab (2011); Loureiro (2011).

Observa-se no gráfico que o preço mínimo do pó A se manteve constante nas safras 2007/08, 2008/09 e 2009/10. Enquanto na safra 2010/11 o seu preço tem uma elevação de 73%. Quanto ao preço de mercado do pó A, nas safras 2007/08 e 2008/09 o preço de mercado se mantém constante. Já na safra 2011/12 esse preço de mercado tem uma elevação de 55%, com relação à safra 2009/10. Analisando o preço mínimo do pó tipo B, verifica-se que ele esteve constante nas safras 2007/08 e 2008/09. Na safra 2011/12 esse preço tem um crescimento de 85% em relação à safra 2008/09. Quanto ao preço de mercado do pó B, ocorre uma queda na safra 2010/11 equivalente a 17%, em relação à safra 2009/10, posteriormente apresenta uma recuperação de 15% na safra 2011/12. No período analisado, verifica-se que para os dois tipos de pó, o preço de mercado esteve acima do preço mínimo. Observa-se também um crescimento considerado do preço mínimo, em função da revisão do custo de produção a partir da safra 2009/10, o que levou a Conab a realizar um novo reajuste dos preços mínimos.

O total de ocupações geradas no extrativismo da carnaúba na região Nordeste do Brasil no período de 2005 a 2010 mostra a existência de 14 553 mil pessoas ocupadas no ano de 2010. O Piauí aparece na liderança, seguido pelo Ceará. Nos estados do Maranhão e Rio Grande do Norte o número de ocupações não se mostra significativa. A quantidade de ocupações geradas nessa

atividade no Nordeste cresceu apenas 0,5% de 2005-2006; decresceram 5% de 2007 a 2009 e cresceu 3% em 2010, totalizando uma redução aproximadamente de 2%. Essa diminuição pode ser explicada pelo aumento de 17% no custo da mão de obra, em 2011. O valor real de produção do pó no Nordeste apresenta um crescimento de 21% de 2005 a 2007; uma queda de 9% entre 2007 e 2008 e crescimento de 28% em 2010 em relação a 2009, totalizando um crescimento real de 40%. Esse crescimento pode ser atribuído ao aumento de 42% no preço real médio do pó de carnaúba, na qual os efeitos são repassados ao valor produção (IBGE, 2010). Ressalta-se que esse preço real médio foi calculado a parti da quantidade e valor real da produção anual e não se consideraram os dois tipos de pó (A e B), que tem preços e qualidade diferentes. Com base nessa análise dos dados, não há evidências de que a PGPM esteja tendo algum tipo de efeito, seja de forma direta ou indireta no que se refere às ocupações geradas no extrativismo do pó de carnaúba.

#### 4 CONCLUSÃO

Os resultados permitem concluir que o preço de mercado esteve acima do preço mínimo, mostrando uma tendência de alta no período. Em função do aumento dos custos de produção, a Conab realizou um novo reajuste dos preços mínimos em 2009, o que explica o aumento dos preços. Além disso, é verificado que a diferença entre os dois preços (mínimo e mercado) é menor a partir da safra 2010/11. Percebe-se que a proposta de preços mínimos é garantir uma sustentação do preço de mercado, evitando grandes oscilações, com isso estimular o extrativista a permanecer em sua atividade. Por fim é verificado que a PGPM não está tendo impacto nas ocupações geradas no extrativismo, o que se percebe é uma diminuição nas oportunidades de trabalho, que estar relacionado ao aumento do custo referente à mão de obra.

**5 APOIO:** Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste - TROPEN

#### 6 REFERÊNCIAS

CARVALHO, J. N. F.; GOMES, J. M. A. Pobreza, emprego e renda na economia da carnaúba. **Revista Econômica do Nordeste**. Volume 40, Nº 02, pag. 361-378, abril./jun. 2009.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Custos de Produção** - Culturas Regionais. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

\_\_\_\_\_. Companhia Nacional de Abastecimento. **Proposta de Preços Mínimos safra 2009/2010**. Brasília.2009

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Produção da extração vegetal e da silvicultura: carnaúba**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 jan. 2012.

LOUREIRO, I. S. **Preços de mercado e preços mínimos para o pó e cera de carnaúba**. [mensagem pessoal]. Recebida por <maykondaniel@hotmail.com> em 24 nov. 2011.

**Palavras chave:** Carnaúba, Emprego, Preços mínimos.